

Capítulo 42 - DOI:10.55232/1082022.42

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DAS
MULTIFUNCIONALIDADES PARA UM PROCESSO
EDUCATIVO MAIS INCLUSIVO**

Abraao Danziger De Matos

A inclusão tem sido um assunto presente em nossa sociedade. Nesse cenário, está inserida a educação especial, isto é, o atendimento a alunos com necessidades especiais. Mediante o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que a educação de forma integrativa é um direito de todos, essa discussão é mais que importante: é fundamental. Durante muito tempo pessoas com deficiência foram segregadas da sociedade e impedidas de exercer seu papel como cidadãs, por serem consideradas como improdutivas. Por isso, o avanço das discussões acerca dos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais é o resultado de um longo processo de articulações políticas e econômicas. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo expor a importância da sala de recursos multifuncionais para alunos público alvo da Educação Especial. Para isso, discorre sobre o atual cenário das salas multifuncionais nas escolas públicas brasileiras, bem como a importância de professores capacitados e de salas preparadas que de fato possibilitem o progresso do aluno e a sua devida inclusão. O método qualitativo foi baseado em estudos mediante a literatura acerca do tema buscando o aprofundamento. Assim, diante do estudo, foi possível evidenciar que, a Sala de Recursos Multifuncional se apresenta como relevante, uma vez que promove o apoio educacional suplementar importante para que este aluno prospere na aprendizagem. É importante ressaltar que nem sempre houve, na história da educação, o devido cuidado com as questões inclusivas. Remotamente, as representações sobre a deficiência eram relacionadas com concepções bíblicas, filosóficas e científicas inerentes a diferentes contextos históricos. Na Antiguidade Clássica, por exemplo, a segregação e o abandono de pessoas com deficiência eram institucionalizados. No Brasil, até a década de 1950, praticamente não se falava em Educação Especial. Somente a partir de 1970, que esse assunto passou a ser discutido, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Em 1994, a Declaração de Salamanca definiu políticas, princípios e práticas da Educação Especial. A partir daí, passou-se a considerar a inclusão de discentes com necessidades educativas especiais, tanto nos espaços sociais quanto em salas de aulas regulares. Em 2006, A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabeleceu que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva que proporcione às pessoas com deficiência o acesso ao ensino inclusivo em todos os níveis escolares. A partir de então, o governo brasileiro passou a realizar uma série de ações voltadas à inclusão, implementando importantes políticas nacionais nos diferentes sistemas de ensino, que passaram a envolver diretamente as salas de recursos multifuncionais, inclusive, lançando em 2007, o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Nessa perspectiva, esta revisão bibliográfica busca apresentar a importância

dessas salas no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, discorrer-se-á, a partir da literatura, sobre o atual cenário das salas multifuncionais nas escolas públicas brasileiras, bem como a importância de professores capacitados e de salas preparadas que de fato possibilitem o progresso do aluno e a sua devida inclusão.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Salas Multifuncionais.

Referências Bibliográficas:

ARNAL, L. S. P.; MORI, N. N. R. Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/242.pdf>